



CATEDRAL PRESBITERIANA DO RIO DE JANEIRO

Programa para NOVOS CONVERTIDOS

CLASSE DE INTEGRAÇÃO

Módulo 2

Introdução às principais doutrinas do Cristianismo

Nota Explicativa

Este programa foi cuidadosamente elaborado pela liderança das Equipes das Classes de Integração da Igreja Presbiteriana do Rio de Janeiro, para a Escola Bíblica Dominical, na década de 1990.

Considerando que tal material tem o seu valor e potencial de abençoar e edificar vidas achei oportuno realizar uma revisão superficial e atualização do formato e ilustrações, sem alterar a essência do texto original, com o propósito de torná-lo disponível para quem desejar utilizá-lo.

Originalmente este programa era composto de quatro módulos, sendo que, nesta revisão, juntamos o módulo 4 com o módulo 3, de modo a termos três módulos.

Presb. Paulo Raposo Correia

Edição Revisada JUL/2022

Sumário

INTRODUÇÃO.....	4
1. DEUS E A CRIAÇÃO.....	4
2. O HOMEM E O LIVRE ARBÍTRIO.....	6
3. A QUEDA DO HOMEM E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	7
4. A PESSOA DE CRISTO.....	9
5. A OBRA REDENTORA DE CRISTO.....	11
6. A LEI E A GRAÇA.....	12
7. AS DUAS NATUREZAS DO CRENTE.....	14
8. A PERSEVERANÇA DOS SALVOS.....	15
9. O ESPÍRITO SANTO E A SANTIFICAÇÃO DOS SALVOS.....	17
10. A VOLTA DO SENHOR JESUS.....	19
11. A ORAÇÃO DO PAI NOSSO.....	21
11.1 Introdução.....	21
11.2 Divisão Geral.....	21
11.3 Invocação.....	22
11.4 Primeiro grupo de petições.....	22
11.5 Segundo grupo de petições.....	23
11.6 Doxologia final.....	25
12 – OS SACRAMENTOS.....	25
12.1 Apresentação.....	25
12.2 Conceituação Fundamental.....	26
12.3 Explanação.....	26
12.4 Considerações sobre os Sacramentos.....	28
12.5 Argumentos e Comparações.....	29
BIBLIOGRAFIA.....	33

INTRODUÇÃO ÀS PRINCIPAIS DOCTRINAS DO CRISTIANISMO

INTRODUÇÃO

O objetivo deste Módulo 2 é dar ao aluno condições de conhecer os princípios da fé cristã e aplicá-los à sua vida.

1. DEUS E A CRIAÇÃO

Pela simples observação, o homem tem conseguido importantes conquistas científicas, não só no planeta Terra, mas também em relação aos demais astros na imensidão do universo. A indagação sobre a origem deste misterioso universo não encontra resposta científica. O Salmo 19 esclarece: *"Os Céus proclamam a glória de Deus e o firmamento anuncia as obras das suas mãos"*.

A revelação bíblica fornece conhecimento que vai além da grandiosa revelação natural, mencionada no Salmo 19. Da Bíblia conclui-se tudo o que é necessário ao conhecimento humano a respeito de Deus e do seu relacionamento com a humanidade.

A primeira informação que a Bíblia dá é que Deus criou todo o universo.

Em Gênesis 1.1, lê-se: *"No princípio criou Deus os céus e a terra"*. Aqui se destacam quatro informações:

- ✧ Deus criou.
- ✧ No princípio.
- ✧ Os céus foram criados por Deus.
- ✧ A terra foi criada por Deus.

Daí se conclui primeiramente que Deus é o Criador!

Esta noção é fundamental. O Criador sabe, tem todo o conhecimento imprescindível à obra da criação. O Criador pode, possui todo o poder necessário para criar.

Em segundo lugar, isto ocorreu no princípio, ou seja, no começo do tempo. Esta preciosíssima informação faz saber que antes da criação não havia tempo; em outras palavras, Deus é eterno!

A terceira informação: criou os céus. Aqui estão incluídos todos os corpos materiais (sólidos, líquidos e gasosos) que se acham no céu, que são observados da superfície terrestre. Em algum momento os seres espirituais, genericamente designados como anjos, foram criados, pois Também são criaturas de Deus. A este grupo também pertencem os demônios, na qualidade de criaturas de Deus (Mateus 25.41; 2Pedro 2.4).

Por último, a quarta informação, é que a terra também é obra da criação de Deus. Nesta, entre outros seres, se acha o ser humano, a última obra da criação (Gênesis 1.26-31).

O conhecimento humano a respeito de Deus não se limita à realidade de que ele é o Criador, sábio e poderoso. Muito mais se consegue aprender, seja pela observação da terra e do céu, seja, principalmente, pelo estudo da Bíblia.

Quem não se emociona, não se alegra, contemplando as maravilhas da natureza, experimentando o aroma das flores, ouvindo o canto dos pássaros? Isto já faz perceber que Deus ama as suas criaturas, pois as presenteou com tantas cousas boas. Mas, lendo a Bíblia, descobre-se com maior clareza a imensa extensão do amor de Deus (Efésios 3.14-21). Na Bíblia aprende-se que Deus é o Criador, que ama a humanidade, que é justo, que é misericordioso e que, também, é Pai dos regenerados pelo Espírito Santo.

Aprende-se mais ainda, que Deus estabelece relacionamento com os homens, não apenas mediante a sua revelação natural, de que fala o Salmo 19, mas também por meio dos seus mensageiros, os anjos e muitos homens que escolheu especialmente para isso, os profetas. E que, por fim, veio ao encontro da humanidade diretamente, na pessoa do seu Filho, o Senhor Jesus Cristo (Hebreus 1.1-4).

Atualmente, continua Deus falando aos homens, agindo no íntimo das pessoas, pela pessoa do seu Espírito Santo (Romanos 8.9-11).

Assim, a Bíblia ensina que o único e verdadeiro Deus, Criador de todo o universo, é Deus Triuno, pois, sendo um só Deus, manifesta-se e age pelas suas três pessoas: o Pai, o Filho e o Espírito Santo (Mateus 3.13-17).

Não se pode confundir as três pessoas da Trindade Divina, só o Filho morreu na cruz para redimir os homens pecadores (Lucas 23.44-46). Quem unge os cristãos, dando-lhes sabedoria e poder para proclamar o Evangelho é o Espírito Santo (Atos 2.1-4; 32.41). O Pai é quem ouve as orações e exerce misericórdia (João 17.1-26).

A Bíblia faz-nos saber que o único e verdadeiro Deus é também soberano absoluto, que tudo governa, sem que nada possa escapar, ou subtrair-se ao seu absoluto poder. No Salmo 103 é encontrada uma linda exposição da grandeza de Deus, da sua misericórdia, da sua bondade e da sua soberania.

2. O HOMEM E O LIVRE ARBÍTRIO

O homem foi criado por Deus à sua imagem e semelhança, homem e mulher os criou (Gênesis 1.26-28). A criação do homem é descrita mais minuciosamente em Gênesis 2. 7-17.

Aqui se explica o significado da expressão encontrada em Gênesis 1.27 que o homem é imagem e semelhança de Deus. Fica claro que o corpo do homem é formado de materiais encontrados na face do planeta Terra, como também ocorre com os corpos de todos os outros seres vivos que habitam o planeta. Porém fica claro também que, a este corpo material, Deus acrescentou algo que não se encontra em nenhum outro habitante da Terra: o sopro de Deus (Gênesis 2.7).

A palavra sopro tem o significado de espírito, querendo dizer que Deus, pelo seu Espírito Santo, deu ao homem um espírito que o faz ser imagem, ou semelhança de Deus.

Só o homem e a mulher têm este privilégio no planeta Terra. É o espírito do homem que o torna imagem de Deus. Porque é pelo espírito que o homem tem consciência da sua personalidade, consciência de si mesmo. Também é pelo espírito que o homem tem consciência de Deus, o Criador, a quem o homem deve obediência em adoração. É o que se pode chamar de “Revelação Interna”. Também é pelo espírito que o homem tem consciência moral.

É ainda pelo espírito que o homem tem criatividade, não podendo criar a matéria, mas criando ideias, através das quais usa e modifica, transforma a matéria que Deus criou. As ideias que o homem cria tomam forma física, expressam-se em procedimentos novos, em ações de amor ou de ódio, em ações de adoração a Deus ou de revolta contra o Criador.

É pelo seu espírito que o homem manifesta os seus sentimentos, que basicamente são dois: amor ou ódio. Na face do planeta Terra só o ser humano tem amor ou ódio. Os animais revelam emoções, mas não sentimentos, que só o ser humano possui.

Por isso, na Terra, só o homem pode prestar culto consciente a Deus, cabendo-lhe fazê-lo; bem assim cabe-lhe influenciar os outros seres humanos para prestar este culto. Dessa forma, o homem é o sacerdote da criação; ele apresenta a Deus outras pessoas em ato de culto.

A consciência moral do homem foi submetida a uma determinação de Deus, cujo cumprimento dependeria da sua responsabilidade (Gênesis 2.15-17).

De outro lado, criou Deus a mulher, com um corpo da mesma natureza que o do homem, dotada de espírito idêntico ao do homem (Gênesis 2.27), para ser a sua companheira, auxiliadora idônea (Gênesis 2.18, 21-25).

Conscientes da responsabilidade que Deus lhes confiara, o homem e a mulher, permanecendo fiéis ao cumprimento desta aliança com Deus, achavam-se em estado de inocência, viviam em comunhão com Deus. Nestas condições desfrutavam da aptidão chamada "Livre Arbítrio", isto é, aptidão para discernir o comportamento em harmonia com a vontade de Deus e adotá-lo.

A inteligência humana distingue o aspecto moral das atitudes, é capaz de classificá-las, reconhecendo aquelas que se harmonizam com a vontade de Deus. Todavia, tal discernimento só é claro, nítido e inequívoco se houver harmonia, comunhão entre o Espírito Santo e o espírito do homem.

No gozo desta comunhão, o homem tem o Livre Arbítrio, podendo decidir pela obediência a Deus. Nesta situação, não só o discernimento do homem é claro, permitindo-lhe ter plena consciência moral para identificar qual a vontade de Deus, como também a sua vontade tem plena possibilidade de optar, escolher a favor da obediência à vontade de Deus.

Este é o conceito bíblico de Livre Arbítrio, isto é, aptidão para discernir qual é a vontade de Deus e, também, para decidir obedecê-la.

Na face da Terra, o homem é o único ser criado por Deus com esta prerrogativa. Os animais nunca se rebelam contra a vontade de Deus, porque agem sob o impulso dos seus instintos, sendo assim conduzidos inconscientemente à obediência a Deus, sem que nisto tenham a noção de que estão sendo fiéis, pois a sua obediência é inconsciente.

Por conseguinte, o Livre Arbítrio é de suma importância, pois é um dos aspectos da qualidade de imagem e semelhança de Deus que se acha no homem e na mulher.

3. A QUEDA DO HOMEM E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS

O Capítulo três do livro de Gênesis descreve a queda do homem. O seu primeiro versículo começa falando da serpente que se dirige a mulher com uma pergunta maliciosa. Este animal foi usado pelo diabo para estabelecer com a mulher o desejado diálogo da tentação. Em Apocalipse 12.9, a referência é clara, mencionando os dois nomes: diabo e Satanás, identificando-o com a antiga serpente.

No episódio em Gênesis 3, salienta-se a provocação, tendo sido usado o estratagema de iniciar com uma pergunta falsa (Gn 3.1), o que incita à contestação e, assim, abrindo-se o funesto diálogo.

Ao atingir o versículo 5, a tentação se manifesta em toda a sua plenitude: “... *como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal*”. É a tentativa de explorar a ambição humana de ser igual a Deus. É atizar a criatura com a possibilidade de igualar-se ao Criador.

O sentido prático desta opção é conseguir a autoridade para definir o que é bom e o que é mau; ou seja, desprezar os critérios de Deus na qualificação dos procedimentos, como bons ou maus, para, ao seu próprio arbítrio, estipular critérios pessoais, independentes daqueles definidos por Deus.

No versículo 5, há uma mentira total, pois, tomar o fruto da árvore da ciência do bem e do mal não traria morte física instantânea; porém traria a morte espiritual, isto é, a alienação de Deus imediatamente. Bem assim a morte física daí decorrente, não no mesmo instante, mas desde então decretada.

Além disso, não daria o real conhecimento do bem e do mal; ao contrário, pelo presunçoso abuso de pretender definir os seus próprios critérios para classificar o que é bom e o que é mau, o homem perdeu o controle dado pela fiel obediência a Deus; conseqüentemente, tornou-se desorientado, sem aptidão para discernir o bem do mal.

A queda trouxe imediatos e desastrosos resultados: sentiram-se envergonhados porque agora o seu julgamento das cousas estava corrompido; a consciência de culpa levou-os à tentativa de fugir de Deus (vv.6-10). Além disso, imediatamente buscaram refúgio moral, procurando a fuga das suas responsabilidades (vv.11-13).

Logo, a palavra de Deus determina as conseqüências da queda: a serpente, animal usado por Satanás para tentar a mulher, passou a ser o símbolo da traição e do mal. A providência de Deus agiria com poder, misericórdia e justiça para derrotar o poder de Satanás, abrindo o caminho da redenção do homem mediante a pessoa de Jesus, o Filho de Deus que viria trazer-nos a reconciliação com o Pai (Gn 3.15; Rm 5.17; Gl 4.3; Jo 14.6).

Se no versículo 15 temos a grande promessa da redenção, nos versículos 16 a 19 encontra-se a má notícia, isto é, a descrição das tristes conseqüências da queda do homem, que haveria de atingir, não apenas as pessoas do homem e da mulher, mas toda a criação (Rm 8.20-25).

Dentre os efeitos do pecado, além dos que são de caráter físico e geral, sobressai a herança pecaminosa. O ser humano manifestou sua tendência para o pecado, ou seja,

para desobedecer a Deus, de tal maneira que se tornou um estigma universal na humanidade; herança de todas as pessoas (Sl 51.5; Rm 5.12; Lc 18.19; Ec 7.20).

Os últimos versículos do capítulo três expressam com brilho poético a rejeição de Deus contra o homem no seu estado de pecado.

Gênesis 4.24 descreve em cores vivas o quadro desta herança pecaminosa, em que se configura a perda do Livre Arbítrio, qualidade pela qual o homem, no seu estado de inocência, tinha aptidão para praticar consciente e voluntariamente a vontade de Deus. Agora, sob o domínio da tendência pecaminosa, o homem sofre de tal inibição que, mesmo quando pretende sobressair manifestando superioridade, as suas ações se tornam más, resultando em queda.

Mesmo os mais fiéis cristãos, como foi o apóstolo João, por exemplo, reconhecem seus pecados. Este grande servo de Deus confessa o seu estado na sua primeira Epístola (1Jo 1.10). Note-se que ele usa a primeira pessoa do plural, incluindo-se, portanto, na confissão de pecados.

Toda a humanidade perdeu o Livre Arbítrio, só podendo recuperar a comunhão com Deus, a paz e o discernimento entre o bem e o mal graças à misericórdia de Deus, mediante a obra redentora do Senhor Jesus (Rm 8.1-2).

4. A PESSOA DE CRISTO

A palavra "Cristo" é de origem grega e significa "Ungido". O seu significado é referente à unção do Espírito Santo, isto é, à comunhão entre o Espírito Santo e a Pessoa, em cuja mente o Espírito de Deus penetrou, à semelhança do óleo que, derramado sobre a cabeça de uma pessoa, penetra-lhe os cabelos e desce pela gola das suas vestes. Veja o Salmo 133.

Nesta descrição, a frase final traduz o significado do simbolismo constituído pelo óleo que se derrama na cabeça do sacerdote (Êx 30.22-33), e com que também se ungiam a tenda da congregação e todos os objetos que nela se achavam. Por meio deste simbolismo, ficava explícita a consagração, tanto do sacerdote, como também dos objetos, os quais passavam a pertencer materialmente e espiritualmente, com absoluta exclusividade, ao serviço do Senhor.

A palavra "Cristo", portanto, significa "O Ungido", que se acha em comunhão com o Espírito Santo, que pertence inteira e exclusivamente ao Senhor Deus.

Em hebraico, o mesmo significado tem a palavra que, transliterada e adaptada à pronúncia da língua portuguesa é: Messias.

Portanto, Messias e Cristo significam Ungido.

O povo judeu, baseado em várias profecias, aguardava a vinda de um Messias, para libertar os cativos, apregoar o ano aceitável do Senhor etc. (Is 11.1-10; 61.1-3). Este Messias muitas vezes foi esperado como um rei com poder político, que promoveria a libertação dos judeus do domínio estrangeiro e o restabelecimento do reino de Salomão.

Entretanto, as promessas de Deus, registradas nas Escrituras, têm um sentido espiritual e eterno, não limitado às contingências terrenas de tempo e espaço. Já na concepção, bem como no nascimento de Jesus, houve revelações de Deus mostrando que o fato não era natural, como a concepção das demais pessoas, mas sim obra do Espírito Santo (Lc 1.26-38; 2.8-20).

Mais tarde, quando Jesus foi batizado por João Batista, o Espírito Santo se revelou e se fez ouvir a voz do Pai proclamando que Jesus era o Filho de Deus (Mt 3.13-17). Dali em diante, o Senhor Jesus iniciou o seu ministério. Quando esteve na sinagoga de Nazaré, leu o texto de Isaías em que se acha a profecia a seu respeito, com muita clareza (Lc 4.16-30). Devido ao próprio testemunho de Jesus, o povo de Nazaré não o aceitou. Entretanto, os apóstolos discerniram nele o esperado Messias (Mt 16.13-20).

Nesta mesma ocasião, Jesus explicou-lhes que a sua missão implicava em sofrimento e morte, para depois ressuscitar. Mas, apesar de terem reconhecido o Messias, não puderam assimilar, naquela hora, a noção do Messias sofredor, que se sacrificasse pela humanidade (Mt 16.21-23).

Esta revolução já fora manifestada muitos séculos antes (Is 52.13; 53.12), mas os judeus não conseguiram substituir a ideia de um glorioso libertador político, pela figura de um Messias espiritual, incomparavelmente mais glorioso, porém voltado para os interesses eternos e não restritos às glórias mundanas.

A pessoa de Cristo, durante a fase do seu ministério, não foi compreendida nem pela sua mãe, Maria, nem pelos seus irmãos carnais (Mc 3.20-21; 31-35; Jo 7.1-13).

A sua missão sacrificial, a sua oferta pessoal a Deus em substituição dos pecadores (Jo 3.16), só foi realmente assimilada pelos apóstolos e demais discípulos depois da sua ressurreição (Jo 20.1-31; 21.1-25).

Jesus é o Cristo, o Filho de Deus vivo, o Redentor, o Messias prometido. Aquele que se ofereceu ao Pai em favor de todos os pecadores que nele creem. Nele são redimidos todos os que têm a verdadeira fé salvadora, em todos os tempos, desde Adão até a consumação dos séculos, quando o mesmo Jesus voltará para julgar os vivos e os mortos (Mc 14.60-62; Mt 25.31-46; Dn 7.13-14; 12.1).

5. A OBRA REDENTORA DE CRISTO

O primeiro pecado cometido pelo ser humano é conhecido como "pecado original" porque, tendo perdido o Livre Arbítrio para praticar, de forma consciente e voluntária, a vontade de Deus, passou o homem, daí em diante, a viver sob o domínio do pecado. Situação esta que o primeiro homem transmitiu, como herança, a todos os seus descendentes, ou seja, a toda a raça humana.

Em consequência, somente pela soberana providência de Deus, o homem poderia ser libertado do domínio do pecado, isto é, ficou o homem na dependência da redenção que somente Deus teria poder para conceder-lhe.

A redenção é um ato de libertação executado por outrem. Não é o resultado de um ato de revolta por parte do escravo. Também não é a compra do resgate, efetuada pelo próprio escravo, mediante o pagamento da sua alforria. A redenção também se distingue da alforria gratuita, concedida pela benevolência do senhor do escravo.

A redenção é um ato praticado por uma terceira pessoa; nem pelo escravo, nem pelo seu senhor. Esta terceira pessoa vem em socorro do escravo, cumpre as exigências da lei, conquista a libertação do escravo e lhe dá graciosamente.

Como resultado da herança do pecado original, o homem se acha sob a escravidão do seu próprio pecado pessoal. Não dispõe de forças para revoltar-se contra este domínio, nem de recursos materiais para comprar a sua alforria.

O domínio do pecado eliminou do homem a força espiritual do Livre Arbítrio. De outro lado, o domínio espiritual exercido pelo pecado não tem preço material, não há como comprá-lo com dinheiro.

Só o perdão de Deus pode libertar o homem desta escravidão porque só Deus tem poder espiritual para repelir e sobrepujar Satanás. E, porque só Deus pode perdoar o homem dos seus pecados, para acolhê-lo na sua onipotente proteção, livrando-o do domínio de Satanás. Este perdão de Deus depende da apresentação de uma oferta que lhe seja aceitável, oferta perfeita (Levítico 1.3). Mas não houve e não há, entre os homens, alguém que se pudesse apresentar a Deus como oferta aceitável, porque todos pecaram.

Todavia, Deus, na sua infinita misericórdia e amando-nos de tal maneira, providenciou, ele mesmo, a oferta aceitável – o seu Filho Unigênito – que, fazendo-se homem, rompeu o impasse. O homem Jesus Cristo, o único homem sem pecado, ele se ofereceu em nosso lugar, como oferta pura, perfeita!

Sim, porque Jesus, além de ter sido concebido sem pecado, pois o foi pela obra do Espírito Santo (Lucas 1.26-38), viveu como um homem, tendo suportado todas as tentações, mas vencendo-as totalmente, sem ser dominado por nenhuma delas (Hebreus 4.14-16).

Por isso, o sacrifício do Senhor Jesus Cristo, na cruz do Calvário foi eficaz, foi aceito por Deus em favor dos que nele creem, para a redenção dos pecadores (Marcos 10.45; Romanos 5.6-11).

Esta redenção é aplicada mediante a fé, ou seja, à condição de que a pessoa creia que Jesus é realmente o Filho de Deus, que se ofereceu por todos os que nele creem; e que, por ser o único homem verdadeiramente justo, teve o seu sacrifício aceito pelo Pai, em nosso favor (João 3.16; Romanos 1.16-17; Hebreus 11.1, 6).

Como testemunho da aceitação do sacrifício do Senhor Jesus, o Pai celeste ressuscitou-o no terceiro dia, após a sua morte. E ele, ressurreto, apareceu aos seus discípulos várias vezes, durante quarenta dias e, por fim, subiu aos céus (Atos 1.6-11; 2.29-36).

A obra redentora de Cristo Jesus nosso Senhor é a mais grandiosa expressão da misericórdia, do amor de Deus. Rejeitá-la, para permanecer obstinadamente sob o domínio e na prática do pecado, é a maior expressão da maldade e degradação do homem.

6. A LEI E A GRAÇA

O pecado entrou no mundo pela pessoa de Adão (Romanos 5.12). Pela herança pecaminosa, tendo perdido o Livre Arbítrio para viver em obediência à santa vontade de Deus, toda a raça humana seguiu as pegadas de Adão, todos pecaram.

A Lei de Deus foi dada aos homens através de Moisés, a quem o Senhor Deus falou pessoalmente, doando-lhe toda a Lei. Desta forma, entregou Deus aos homens a sua excelente dádiva, para orientação espiritual, santa e segura. Primeiramente para o povo de Israel, devendo depois passar também a toda a humanidade (Romanos 2.11-16; 5.13-14).

A Lei pôs em evidência os pecados, a gravidade da culpa e a necessidade da redenção. Esta, que foi concedida mediante a obra redentora do Senhor Jesus Cristo, não é uma conquista humana, mas uma expressão da misericórdia de Deus, isto é, a própria "GRAÇA". Tal palavra, de origem grega, tem em português também outra forma, da mesma origem, que é a palavra "caridade". Entende-se claramente, assim, o sentido de graça, em conexão com a misericórdia de Deus. É a ação de Deus em favor

do pecador, sem haver da parte do homem, sob o domínio do pecado, qualquer ato meritório que corresponda à redenção obtida.

GRAÇA é Deus nos dar aquilo que não merecemos (salvação eterna), enquanto MISERICÓRDIA é Deus não nos imputar o que merecemos (a condenação devido aos nossos pecados).

Neste processo, a Lei desempenha função da maior relevância. Encontrando-se o homem em estado de pecado, isto é, em oposição contra o Deus Todo-Poderoso, a Lei veio trazer uma clara luz à consciência humana. Se bem que a Lei tenha sido dada a Moisés, para o povo judeu, na verdade o seu conteúdo não é exclusivo deste povo, mas abrange toda a humanidade.

Desta forma, tendo claramente evidenciado o contraste entre a vontade de Deus, exposta pela Lei e a oposição, a desobediência devido ao pecado, a humanidade adquiriu a consciência do seu estado de carência, de alienação de Deus e de condenação, pois nenhum homem cumpriu toda a Lei (Romanos 7.12; Gálatas 3.10, 11, 23).

O conhecimento da Lei, entretanto, tendo apenas trazido a consciência do pecado, produziu o efeito de desespero e agravamento do estado de pecado (Romanos 7.7-11). Esta exclusiva situação não revelaria o amor de Deus. Por isso a obra do nosso Pai celeste tem prosseguimento; é a manifestação da sua Graça mediante a ação redentora do Senhor Jesus.

Então se conjugam a Lei e a Graça; tendo consciência do seu estado de pecado, e conseqüente condenação, o homem recebe o convite de Deus, pela ação do Espírito Santo no seu espírito, para aceitar a misericórdia do Pai, mediante a obra redentora do Filho.

A Lei serve para conduzir o homem ao recebimento da Graça (Gálatas 3.24; Romanos 8.1-2).

A Graça, de outro lado, não anulou a Lei. A condenação exarada na Lei, contra quem comete pecados, prevalece. Todavia, a Graça sobrepuja a condenação, mediante a fé no Senhor Jesus Cristo.

Tal realidade jamais poderá ser interpretada como uma porta aberta para a livre prática pecaminosa. A Graça de Deus não pode ser confundida com libertinagem, licenciosidade ou frouxidão de costumes (Romanos 6.1-14).

A Graça liberta-nos do rígido e literal cumprimento da Lei (Gálatas 3.25-29). O cristão vive em santa comunhão com o Espírito Santo e com os irmãos na fé (Gálatas 5.16-26).

Assim, a Lei permanece como justo e perfeito padrão da vontade de Deus. Entretanto, os que estão em Cristo Jesus, libertados do domínio do pecado pela Graça de Deus, mortos para o pecado, mas vivos para Cristo ressurreto, vitoriosos sobre a própria morte, servem ao Senhor em novidade de vida, não presos à caducidade da letra (Romanos 7.1-6; 8.12-17).

7. AS DUAS NATUREZAS DO CRENTE

A graça de Deus, mediante a obra redentora do Senhor Jesus, é aplicada ao homem pecador pela ação providencial do Espírito Santo. O efeito desta operação de Deus sobre o homem pecador é a formação de um novo homem (Efésios 4.20-24).

O homem regenerado adquire uma nova natureza, que resulta da sua fé, pela qual a pessoa passa a conhecer, buscar e participar da natureza do homem Jesus Cristo.

A graça redentora se caracteriza pelo fato de que a pessoa humana, até então vivendo sob o domínio do pecado, passa a viver doravante em união com Cristo, em novidade de vida (Romanos 6.3-5).

Esta nova situação, que se inicia na presente vida, se projeta para a eternidade, na plenitude da comunhão com Deus, em Jesus (João 14.3).

Todavia, durante a permanência na vida terrena, o cristão está vinculado a numerosas circunstâncias que o ameaçam de retornar ao antigo estado pecaminoso.

Em tal circunstância, o crente enfrenta um constante conflito espiritual entre a sua união a Cristo e as solicitações do pecado que se opõem ao seu propósito de fidelidade ao Redentor. A revelação bíblica adverte para a existência desta luta, grave realidade, cujo reconhecimento é da máxima importância, a fim de que o cristão esteja constantemente atento, buscando o poder de Deus, única arma eficaz para vencer as tentações.

Desta forma, cabe ao cristão reconhecer que a sua velha natureza, de pecador, não foi extinta, mas apenas subjugada, e que frequentemente tenta restabelecer a sua primazia. Consciente desta realidade, o crente atende às exortações da Palavra de Deus, visando a destruir a velha natureza terrena (Colossenses 3.5-11).

O diabo, nosso inimigo, exerce constante ataque contra os cristãos (1Pedro 5.8-9), astuciosamente preparando ciladas com o propósito de conseguir o restabelecimento da velha natureza no crente. Nesta luta, o cristão conta com a inesgotável fonte de poder, oferecida pela comunhão com o Espírito Santo, e que deve ser alcançada por meio da oração, do estudo da Bíblia e pela participação na comunhão dos santos realizada na prática dos atos de culto na igreja e pela celebração da Ceia do Senhor. Por este motivo, a Palavra de Deus ressalta a grande importância destas práticas (Hebreus 10.23-25; 1 Tessalonicenses 5.17; 1 João 1.5, 2.6; Efésios 6.10-20).

O cristão sabe que, tendo sido libertado do domínio do pecado, mediante a fé na obra redentora do Senhor Jesus, o velho homem que havia nele já morreu, pois foi-lhe dada uma nova natureza (Romanos 6.5-7). Todavia, o velho homem tenta retomar o controle da sua vida. É necessário vigiar e orar, apoiar-se constantemente no poder de Deus para conservar-se firme, perseverante no seu testemunho de nova criatura (Romanos 6.12-14, 22-23; 12.1-2; Filipenses 4.8-9).

O poder soberano de Deus age no crente, guia-o e guarda-o, porém não elimina a sua personalidade. Antes, impulsiona-o a exercer ação responsável, em digna resposta às expressões do grandioso amor de Deus manifestado na cruz do Calvário.

8. A PERSEVERANÇA DOS SALVOS

O conceito de perseverança dos salvos não exclui a luta entre a velha natureza e a nova natureza do homem redimido por Cristo. Ao contrário, é a realidade desta luta que leva ao conceito da perseverança. Esta só tem significado em uma situação de conflito, aí sim, é necessário perseverar. A oposição suscita a perseverança; ou se persevera, ou se sucumbe.

A perseverança é estreitamente ligada à esperança. Esta, no ponto de vista do mundo, é duvidosa. Afirmar que se tem esperança de conseguir algum objetivo implica na ideia da dúvida em relação ao desejado êxito. Do ponto de vista bíblico é exatamente o contrário. O conceito de esperança encontrado na Bíblia inclui a noção de certeza, porque a esperança cristã é uma consequência imediata da fé.

Pela fé, o cristão tem absoluta confiança no poder de Deus, que há de sustentá-lo na luta que agora enfrenta, dando-lhe o socorro necessário para perseverar (1 Coríntios 10.13).

O cristão, pela fé em Jesus, foi libertado do domínio do pecado, por isso, passa a viver em comunhão com o Espírito Santo. É regenerado, isto é, nasce novamente (João 3.3-6); assim, Paulo haveria de dizer que quem está em Cristo é nova criatura (2 Coríntios 5.17).

Esta ação de Deus, regenerando a pessoa humana, tem um propósito definido, e um efeito objetivo. A pessoa regenerada, transformada em uma nova criatura, ela própria é o objetivo do ato regenerador de Deus. Por este procedimento, o nosso Pai do céu manifesta a grandeza do seu amor, fazendo do homem pecador o alvo dos cuidados do Criador, o alvo do seu amor incomparável, insondável.

Esta nova condição de vida da pessoa regenerada é caracterizada pela companhia, pela comunhão do Espírito Santo (Romanos 8.11). Por conseguinte, o cristão tem segurança na poderosa ação de Deus que o sustenta, guia e guarda.

Tal confiança provém, não de uma infundada presunção humana, mas sim da autêntica promessa de Deus registrada na Bíblia (Romanos 8.26-30).

São as eloquentes palavras do Senhor Jesus que asseguram, enfaticamente, que os que vão a ele são os que o Pai lhe dá; e de outro lado, que os que vão a ele, de modo nenhum serão lançados fora (João 6.37).

Deste modo, os cristãos sabem que foram escolhidos pelo Pai do céu para irem a Jesus, isto é, para crerem nele. E sabem igualmente, que não serão lançados fora, isto é, têm assegurada a sua perseverança, a sua comunhão com o Senhor Jesus.

Esta mesma certeza é igualmente garantida por toda a Bíblia. No Evangelho segundo Mateus, veja-se o texto 22.1-14, cujo fecho interpreta toda a parábola, com a expressão clara: "poucos escolhidos", o que evidencia a ação soberana de Deus escolhendo os que seguirão a Cristo. Semelhantemente em Marcos 13.20, lê-se o cuidado do Pai do céu em relação aos seus escolhidos. Com muita clareza, acha-se o mesmo ensino em numerosos trechos das epístolas (Efésios 1.3-6; 1Pedro 1.3-5; 1João 3.23-24).

A perseverança dos crentes é uma realidade afirmada e assegurada pela Palavra de Deus, e igualmente confirmada na experiência da Igreja.

É importante ressaltar que tal perseverança se baseia na soberana ação providencial do Espírito Santo sustentando os crentes. Simultaneamente, é da maior relevância também o fato que esta mesma perseverança resulta da consciente ação responsável dos próprios crentes.

Diferentemente do conceito do mundo, a esperança dos crentes é certa, não é duvidosa, porque se apoia na fé, na absoluta confiança em Cristo. Em contraste com o ponto de vista do mundo, também, o cristão tem a certeza da sua perseverança, graças à ação providencial de Deus, sem que isto dê motivo para sua negligência.

O cristão, confiante na ação providencial de Deus, zela constantemente pelo seu crescimento espiritual, pela sua perseverança pessoal, pela sua santificação. Porque é assim que lhe determina a Palavra de Deus, e porque nisto tem o crente a maior alegria da sua vida.

9. O ESPÍRITO SANTO E A SANTIFICAÇÃO DOS SALVOS

Já no segundo-versículo da Bíblia, lê-se: *"A terra, porém, era sem forma e vazia; havia trevas sobre a face do abismo, e o Espírito de Deus pairava por sobre as águas"*. Aqui é revelada a terceira Pessoa da Trindade divina, mostrando a sua participação na obra criadora do universo a partir do seu início.

Ao longo do Antigo Testamento, os registros da atuação específica do Espírito Santo são numerosos, principalmente em relação às revelações feitas através dos profetas por ele inspirados.

No Novo Testamento, ainda com maior clareza, são encontrados muitos registros e referências da atuação do Espírito Santo. No que respeita à igreja e a vida dos crentes, o Novo Testamento dá o maior realce à obra do Espírito Santo.

A redenção dos pecadores é especificamente operada pelo Filho de Deus que se entregou, assumindo as culpas dos homens, para comunicar a sua justiça aos que nele creem.

Todavia, a apropriação desta graça, por parte do pecador, fica na dependência da fé, e isto não vem do próprio pecador, mas é dom de Deus (Efésios 2.8-9). Mediante este dom, o pecador nasce novamente, torna-se uma nova criatura. Este nascer de novo é obra do Espírito Santo (João 3.3-6).

Em relação aos salvos, portanto, exerce o Espírito Santo obra fundamental: é ele quem move o coração do pecador para vir a crer em Jesus e, assim, receber a salvação. Confirmando esta afirmação, vejamos-se numerosos exemplos bíblicos, entre os quais merece destaque o de Lídia (Atos 16.11-15). Ela era temente a Deus, expressão que significa no Novo Testamento, uma pessoa não pertencente ao povo judeu, mas que era simpatizante das suas doutrinas. Nunca ouvira falar do Senhor Jesus e da sua obra redentora. Encontrava-se naquela hora participando de uma reunião de oração com outras mulheres. O texto bíblico diz claramente que "o Senhor lhe abriu o coração", isto é, o Espírito Santo moveu-lhe o coração, ou seja, o seu ânimo, para que crescesse em Jesus.

Convêm salientar que a ação do Espírito Santo é aqui referida como do Senhor, porque o Espírito Santo também é mencionado no Novo Testamento como Espírito de Jesus (Romanos 8.9; 2Coríntios 3.17).

O próprio Senhor Jesus afirmou que, após a sua ascensão aos céus, rogaria ao Pai para que enviasse o Espírito Santo (João 14.16-17); e, também, afirmou que ele pessoalmente haveria de enviar o Espírito Santo para convencer o mundo do pecado, da justiça e do juízo (João 16.7-11).

Fica clara a obra do Espírito Santo movendo os pecadores para crerem em Jesus, arrependem-se dos seus pecados e recebem a salvação.

De outro lado, porém, não existiria a salvação se não houvesse o seu prosseguimento na santificação.

A salvação e o novo nascimento, como tal, opera-se em um dado instante sob a ação soberana do Espírito Santo que impulsiona o pecador, levando-o a, resoluta e firmemente, tomar a decisão mais importante da sua vida.

Contudo, durante a permanência do salvo nesta vida terrena, está ele sujeito a todas as adversidades peculiares a esta condição. Por isso, nas palavras do Senhor Jesus e nas epístolas, frequentemente são encontradas exortações e advertências salientando a necessidade de o crente permanecer em constante vigilância, oração e comunhão com o Espírito Santo, para conservar e aperfeiçoar a sua santificação (Mateus 24.45-51; Marcos 14.38; Lucas 11.9-13; João 13.1-17; Romanos 12.9-21; 1Coríntios 10.12-13; Filipenses 4.8-9; Efésios 6.10-20; 1João 2.15-17; 1Pedro 4.7-11).

A orientação segura oferecida ao crente para perseverar fiel ao Senhor Jesus, para não se desviar do caminho que o leva à vida eterna, é o crescimento em santidade, o constante prosseguimento no processo da santificação, que só será plenamente atingida na glória eterna, mas que importa seja desenvolvida em contínuo progresso na vida terrena (João 17.1-26, destacadamente os versículos 17 e 19; Romanos 6.19-23; 1Tessalonicenses 3.11-13; 4.1-8; 5.23; 2Tessalonicenses 2.13-14; Hebreus 10.12-14).

Este crescimento dos salvos em santidade, ou este processo de santificação dos salvos é obra do Espírito Santo. Em Romanos 8.9-17, vê-se que nos cristãos habita o Espírito Santo e que, por isso, os salvos são vivificados pelo Espírito.

Mais ainda, vê-se que pela ação do Espírito Santo os salvos se tornam filhos de Deus; e, por conseguinte, cordeiros com Cristo da glória eterna.

Ainda em Romanos 8.26-27, vê-se que o Espírito Santo assiste aos salvos nas suas fraquezas e, até mesmo, intercede por eles suprindo as deficiências das suas orações. Tudo isto conforme a vontade do próprio Deus: Pai, Filho e Espírito Santo.

Igualmente em Gálatas 5.22-23, são encontrados os nove aspectos do fruto do Espírito Santo nos salvos, aspectos esses que caracterizam a vida em santificação.

Finalmente, em 1João 3.23-24, se conclui que é pela comunhão com o Espírito Santo que o salvo vive em santa comunhão com os irmãos na fé, e permanece com Deus, com quem se identifica, em obediente harmonia.

10. A VOLTA DO SENHOR JESUS

A Bíblia ensina que Deus é um só em três pessoas: Pai, Filho e Espírito Santo.

Conquanto um só, as três pessoas que constituem a Trindade em que Deus se revela, se distinguem em certos momentos e, também, pelos respectivos atos que não são inteiramente idênticos, ainda que em muitas situações as três pessoas participem “conjuntamente” da ação divina. Apenas como exemplo, no ato da criação participaram as três pessoas.

Entretanto, a morte vicária, isto é, em lugar dos pecadores, na cruz do Calvário, foi efetuada exclusivamente pelo Filho; enquanto neste mesmo episódio, foi o Pai quem aceitou o sacrifício do Filho, e efetuou a sua ressurreição ao terceiro dia. É o Espírito Santo quem move o coração do pecador para que creia em Jesus e a ele entregue a sua vida em uma decisão de fé, reconhecendo-o como seu Salvador e Senhor.

Outra atribuição da “competência” pessoal do Filho é o julgamento de toda a humanidade no fim dos séculos.

O próprio Senhor Jesus ensinou aos seus apóstolos que ele iria para o Pai, mas haveria de voltar para proceder ao arrebatamento da sua Igreja e ao julgamento dos vivos e dos mortos (João 5.22; Marcos 13.24-27; João 14.3; Mateus 25.31-46).

O apóstolo Paulo foi explícito falando da volta do Senhor Jesus e da ressurreição dos mortos, por exemplo em 1 Tessalonicenses 4.13-18. Nesta passagem vê-se que os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro (v.16). Isto quer dizer que, na volta do Senhor Jesus, os salvos que já tiverem morrido ressuscitarão imediatamente. Em seguida, os salvos que ainda estiverem vivos serão arrebatados juntamente com aqueles que acabaram de ressuscitar, para se reunirem ao Senhor, nos ares e com ele permanecerem para toda a eternidade (v.17). Nesta passagem não é mencionado

juízo, pois o propósito do texto é consolar os crentes de Tessalônica, especialmente aqueles que se achavam entristecidos pela morte de alguns deles.

Em 2Pedro 3.7 é encontrada clara referência ao fim dos tempos, quando será encerrada a atual ordem cósmica, e ocorrerá o julgamento e condenação dos ímpios. Em Atos dos Apóstolos 24.14-15, Paulo afirma perante o governador Félix que, de acordo com a lei e os escritos dos profetas, ele, Paulo, esperava em Deus que haverá ressurreição, tanto de justos como de injustos.

Em Mateus 24.29-31, o Senhor Jesus ensina que, logo após uma grande tribulação descrita no trecho anterior, haverá grandes perturbações cósmicas (v.29), seguidas pela volta do Senhor Jesus com poder e glória.

A primeira informação, portanto, é que o fim dos tempos será precedido por grande tribulação, ocorrendo em seguida uma tremenda transformação cósmica com características catastróficas (abalo dos poderes dos céus).

A segunda informação é que se seguirá o aparecimento, a segunda vinda do Senhor Jesus ao mundo. Desta vez, porém, gloriosamente, de forma extraordinária, de modo que todos o verão!

A terceira informação é que, nesta hora, ele enviara os seus anjos a reunirem os seus escolhidos.

De outro lado, o apóstolo Paulo, escrevendo aos Coríntios (1Coríntios 15.35-53), esclarece que "a trombeta soará, os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados". Esta passagem se harmoniza plenamente com o texto acima, em Mateus 24.29-31 e com 1Tessalonicenses 4.13-18.

Outro texto relativo à volta do Senhor Jesus, e que acrescenta algumas informações, é o de Mateus 25.31-46, em que o juízo final é descrito com detalhes.

As passagens dos evangelhos e epístolas que se referem ao fim dos tempos e ao juízo final são igualmente harmônicas com os textos no Antigo Testamento em Daniel 7.13-14; 12.1-2. Bem assim, o mesmo ensino se acha no Novo Testamento em Apocalipse 20.11-15; 21.1-8; 22.12-17.

É claro que o ensino relativo à volta do Senhor Jesus contém muitas referências e afirmações feitas em linguagem figurada, sobretudo as dos livros de Daniel e Apocalipse. São de difícil compreensão, mesmo assim oferecem precioso ensino.

Efetivamente conclui-se que na volta do Senhor Jesus haverá: (a) grandes transformações cósmicas; (b) que ele será visto por todos; (c) que virá no pleno

esplendor da sua glória; (d) que todos os mortos ressuscitarão com corpos incorruptíveis, não sujeitos a enfermidades nem à morte; (e) que, semelhantemente, os que ainda estiverem vivos terão os seus corpos transformados, tornando-se também incorruptíveis. Conclui-se, igualmente, que o Senhor Jesus procederá ao julgamento de todos, condenando os ímpios a sofrimento eterno e que daí em diante, e por toda a eternidade, os salvos estarão na gloriosa companhia do Senhor Jesus.

A revelação bíblica destas cousas, pertinentes à volta do Senhor Jesus, é extremamente relevante, apontando para a enorme responsabilidade confiada à Igreja de Cristo no que tange ao seu testemunho de fé e à proclamação deste ensino. Pois esta revelação e o seu conhecimento cumprem o papel de advertir de que agora é dada a oportunidade a cada pessoa para arrepende-se dos seus pecados e buscar confiantemente a graça de Deus, oferecida exclusivamente pela fé no sacrifício feito pelo Senhor Jesus Cristo. Esta atitude de fé é confirmada pela perseverante vida em santificação até a volta do Senhor.

11. A ORAÇÃO DO PAI NOSSO

11.1 Introdução

Encontram-se na Bíblia duas apresentações da Oração do Pai Nosso: uma no Evangelho segundo Mateus (Mateus 6.9-13), a outra no Evangelho segundo Lucas (Lucas 11.2-4). Esta última é mais simples, sendo que vários motivos podem ser apontados para explicar a diferença. A análise comparativa das duas versões, a de Mateus e a de Lucas, é muito interessante, porém extrapola o objetivo deste estudo. De qualquer modo, para o estudo a que nos propomos, parece-nos preferível apreciarmos a versão de Mateus, por apresentar um conteúdo mais rico.

11.2 Divisão Geral

Neste Evangelho, escrito por Mateus, a Oração do Pai Nosso compreende quatro partes bem distintas:

1ª) Uma invocação – segunda frase do versículo 9 – Pai nosso que está nos céus.

2ª) Três petições relacionadas à adoração a Deus – a última frase do versículo 9 e todo o versículo 10.

3ª) Quatro petições relacionadas às nossas necessidades – versículos 11, 12 e as duas primeiras frases do versículo 13.

4ª) Finalizando, a doxologia na última frase do versículo 13.

Cada uma destas frases componentes das diferentes partes da oração modelo tem sua significação e importância próprias.

11.3 Invocação

A invocação que dá início à oração – *“Pai nosso, que estás nos céus,”* – contém várias lições essenciais, a saber:

Primeiramente ensina-nos que as nossas orações devem ser dirigidas ao Senhor, nosso Pai do céu, assim eliminando definitivamente qualquer possível dúvida relativa à validade de oração dirigida aos santos ou aos anjos.

Em segundo lugar afirma que o Pai, a primeira pessoa da Trindade Divina, é Pai de todos nós cristãos, todos os discípulos do Senhor Jesus que, como tal, somos nele adotados pelo Pai do céu, por isso que o chamamos de "Pai Nosso".

Em terceiro lugar salienta que o nosso Pai está nos céus, isto é, a sua pessoa não veio ao mundo, como fez a pessoa do Filho, mas se mantém eternamente na sua glória, de tal forma que só por intermédio da pessoa do Filho podemos conseguir a comunhão com o Pai. Esta é a razão pela qual o Filho ensina-nos a orar ao Pai chamando-o de "Pai Nosso", mostrando-nos que, pela intercessão do Filho, tornamo-nos também filhos de Deus, por adoção, e, por conseguinte, tornamo-nos irmãos do Senhor Jesus.

11.4 Primeiro grupo de petições

Este primeiro grupo, como já assinalamos acima, apresenta três petições relacionadas a Deus.

A primeira petição diz respeito à santificação do nome de Deus – *“santificado seja o teu nome;”*. Quando pedimos que assim seja estamos realmente fazendo duas afirmações:

- Afirmamos o nosso desejo de que toda a criação honre o nome de Deus em testemunho de adoração ao Criador;
- De uma forma muito especial, ao fazer esta oração, cada um de nós está concomitantemente assumindo o compromisso solene de pessoalmente honrar o nosso Pai do céu; portanto, esta petição é também a afirmação de um propósito explícito com a gravidade de um juramento solene.

A segunda petição manifesta a forte vontade de que todos os habitantes da terra se submetam voluntária e ostensivamente à soberania de Deus, de tal modo que o reino de Deus se torne uma realidade concreta na vida terrena – *“venha o teu reino;”*.

É na pessoa do Senhor Jesus que o reino de Deus já veio ao nosso encontro. Contudo, nem todos o perceberam, nem o percebem até hoje, somente na sua volta, no fim dos tempos, então a vinda do reino de Deus será reconhecida por todos. Este é o grande desejo dos cristãos.

Por isso, esta súplica também proclama a ânsia que sentem os filhos de Deus para que a volta do Senhor Jesus se dê o quanto antes, equivale a expressão: "Vem, Senhor Jesus!" (Apocalipse 22.20).

O terceiro pedido, para que a vontade de Deus seja feita, abrange toda a terra e todo o universo – *“faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu;”*. Não apenas implica na obediência dos cristãos, mas de todos os homens e de toda a criação. O desejo do suplicante é que isto ocorra já! E para todo o sempre! Nos céus como na terra! Obediência à vontade de Deus pelos homens, pelos animais e vegetais, pelos astros, bem assim pelos anjos e pelos demônios! ... Esta petição é irrestrita, absolutamente ampla e eterna!

11.5 Segundo grupo de petições

Neste segundo grupo de petições, a pessoa que ora volta o seu pensamento para a sua condição terrena. Esta preocupação consigo mesmo focaliza quatro assuntos de magna importância para a vida humana na face da terra.

A primeira petição ressalta a necessidade básica do sustento físico – *“o pão nosso de cada dia dá-nos hoje;”*. Expressão que sintetiza tudo que há de mais indispensável ao sustento do corpo. Este pedido inclui todas as demais exigências materiais. Ao mesmo tempo salienta a importância das necessidades serem atendidas em cada dia, mostrando o valor da constante e misericordiosa providência do nosso Pai do céu.

O cristão roga a Deus o atendimento às suas necessidades físicas, não para o mês, mas para o dia de hoje. A certeza, a confiança na proteção divina não dá lugar ao pedido antecipado, pois é bastante o atendimento de cada dia. Já que amanhã igualmente o nosso Pai do céu estará atento às nossas necessidades, que, de resto, poderão ser diferentes das de hoje. Nós não o sabemos, mas ao Todo-Poderoso e Sábio Senhor nada lhe escapa, nada o surpreende!

A segunda petição deste segundo grupo é a que se refere ao perdão. Aqui o pedido focaliza diretamente o perdão de Deus concedido às pessoas que oram – *“e perdoai-nos as nossas dívidas, assim como nós temos perdoado aos nossos devedores;”*.

É importante salientar dois aspectos:

Primeiramente, a absoluta necessidade de que sejamos perdoados pelo nosso Pai do céu, pelos pecados que contra ele cometemos. Em segundo lugar, a relação de dependência que os suplicantes estabelecem entre o atendimento ao seu pedido e o perdão por eles dado aos seus ofensores, salientando-se que este já se deve ter antecipado à oração.

De menor importância é o fato de ser usada a palavra "dívida" com a significação de "ofensa". Este sentido não é muito corrente hoje em dia, contudo é válido e corresponde fielmente ao texto grego em que foi originalmente escrito o Novo Testamento. É claro que poderia ser usada, na tradução para o português, em lugar da palavra "dívida", o vocábulo "ofensa", sem nenhum prejuízo para o significado. Entretanto, o propósito de guardar mais proximidade do original é merecedor de respeito, desde que não prejudique a fidelidade ao sentido.

Parece transparente o princípio aqui implicitamente estabelecido pelo Senhor Jesus: o suplicante não pode ter esperança de ser ouvido pelo nosso Pai do céu, se o seu pedido estiver em desacordo com os seus próprios critérios éticos, conforme ele trata os seus próximos. Este princípio se fundamenta na coerência de atitudes, característica de Deus "em quem não pode existir variação, ou sombra de mudança." (Tiago 1.7).

A terceira petição deste segundo grupo é a importante e ardente súplica da proteção divina contra a tentação – "*e não nos deixes cair em tentação*". Aqui sobressaem três pontos:

- Salienta-se que o pedido não é para que as tentações não nos alcancem. Assim é claramente subentendido que o cristão sabe o quanto está inevitavelmente sujeito a este tipo de tribulação, na sua vida terrena.
- A tentação é preparada como armadilha, astuciosa e malignamente arquitetada pelo nosso inimigo, Satanás, para nos fazer cair nelas. Portanto, carecemos de proteção eficaz que nos defenda.
- O cristão sabe o quanto não possui em si mesmo poder suficiente para resistir ao assédio de Satanás, só podendo valer-se efetivamente do poder do próprio Deus, para alcançar a vitória nesta batalha terrível.

Por fim, a quarta e última petição deste segundo grupo, e a última de toda a oração – "*mas livra-nos do mal*". Esta súplica tem um caráter genérico, logo, de certo modo, abrange a anterior. Contudo, já que a tentação foi encarada separadamente, conclui-se que apenas as outras modalidades de mal estão incluídas nesta última petição. Isto

oferece um importantíssimo esclarecimento: a tentação, por si só é um mal maior do que todos os outros juntos.

De outro lado, qualquer mal, de qualquer espécie (enfermidade, pobreza, perseguição etc.) é relacionado com a tentação, pois é uma porta que se lhe abre. Mas, na realidade, estes outros males, por si mesmos, não são tentações. Por isso, o pedido para que sejamos livres do mal não é idêntico ao pedido de proteção contra a tentação.

Dois ensinamentos sobressaem nestes dois últimos pedidos:

- Nesta vida terrena estamos sujeitos a todos os males; mas enquanto as tentações são inevitáveis, dos outros males podemos ser livres.
- Tanto da queda em tentação, como do risco de qualquer outro tipo de mal, só o poder do próprio Senhor nosso Pai do céu é que nos pode livrar, cabendo-nos recorrer a ele confiante e insistentemente.

11.6 Doxologia final

Por fim, temos a doxologia que encerra a oração modelo, findando o versículo 13 – *“pois teu é o reino, o poder e a glória para sempre. Amém!”*.

Cabe salientar que nas melhores cópias do Evangelho escrito por Mateus não se acha esta doxologia final. Tal fato leva a supor-se que se trata de um acréscimo feito por vários copistas, provavelmente em função de um hábito adotado nas igrejas locais durante o culto, no primeiro século de vida da Igreja Cristã, acrescentando esta frase de adoração a Deus no término da oração do Pai Nosso.

Tal hipótese é muito plausível e em nada desmerece o texto. Mesmo que seja esta a verdade, apenas se pode reconhecer que o povo de Deus fez um adendo à oração ensinada pelo Senhor Jesus, testemunhando a sua fé e o seu espírito de louvor.

Estas palavras constituem um belo hino de adoração ao nosso Pai do céu, proclamando a sua soberania, o seu poder e a sua glória por toda a eternidade.

12 – OS SACRAMENTOS

12.1 Apresentação

Parece-nos que a melhor apresentação deste assunto é o que se lê na obra principal de JOÃO CALVINO: A Instituição da Religião Cristã – tomo IV, capítulo 1º, em que nos baseamos para formular o seguinte:

12.2 Conceituação Fundamental

Sacramento é um sinal exterior pelo qual:

- Deus sela em nossas consciências as promessas da sua boa vontade para conosco, para sustentar a fraqueza da nossa fé;
- E nós mutuamente damos testemunho, tanto perante ele e os anjos (veja-se, por exemplo: Lucas 15.10), como perante os homens de que o temos como nosso Deus.

Isto é, o sacramento atende a duas finalidades distintas; sendo ele, fisicamente, apenas um sinal exterior, de conformidade com ambas.

12.3 Explicação

A primeira finalidade é pertinente à pessoa que recebe o sacramento. É o fortalecimento da sua fé, que, sendo fraca, se beneficia de um tal apoio, o qual vem do próprio Deus que instituiu este selo, este sinal, este sustentáculo da nossa fé. A aparência exterior do sacramento é adequada ao seu significado, de modo a harmonizar-se com a sua realidade espiritual.

A segunda finalidade diz respeito ao nosso relacionamento com Deus e os anjos, assim como entre nós mesmos. É o testemunho de quem recebe o sacramento demonstrando perante Deus, perante os anjos e perante os outros homens que efetivamente reconhece a soberania absoluta de Deus, prestando-lhe toda a exclusiva adoração. Também esta finalidade é servida pela aparência exterior do sacramento.

Desde já importa salientar uma questão essencial. Sem dúvida os sacramentos são úteis à nossa vida espiritual, quer para nutrir, confirmar e aumentar em nós o conhecimento de Jesus Cristo, quer para permitir que tenhamos com ele maior comunhão, usufruindo as suas bênçãos, na medida em que os sacramentos sejam eficazes para nós. E isto ocorre quando dele participamos em verdadeira fé.

Entretanto, esta realidade não implica em que a força e a autenticidade dos sacramentos dependam da condição ou natureza de quem os recebe, pois estas características dos sacramentos estão acima das fraquezas dos homens, tão somente resultam da soberania de Deus que os instituiu.

Todavia, assim como oferecer é diferente de receber, também um homem ímpio não receberá as virtudes de um sacramento puro e autêntico! A este respeito, Calvino cita de Agostinho a seguinte afirmação: “Se tu recebes o sacramento carnalmente, ele não deixa de ser espiritual, mas não para teu proveito!” (Instituição da Religião Cristã, livro IV, Capítulo XIV, 16).

A importância dos sacramentos reside no fato que eles nos apresentam e oferecem o Senhor Jesus Cristo com todos os tesouros da sua Graça celeste, mediante a fé. Tal como as mensagens do Evangelho, não nos conferem efetivamente a graça de Deus, mas no-la anunciam e demonstram as bênçãos que podemos receber de Deus pela sua misericórdia, mediante a fé.

Ressaltando a virtude dos sacramentos mediante a presença e a ação do Espírito Santo sobre o espírito de quem o recebe, cumpre-nos salientar que a graça interior do Espírito de Cristo, atuando no espírito de quem participa do sacramento, é distinta do ministério exterior, sendo este apenas um sinal, uma proclamação da grandiosa verdade espiritual.

Da mesma forma que as palavras anunciadoras do Evangelho, ou escritas, ou pronunciadas oralmente, são apenas um sinal concreto, material, revelador da grandiosa verdade espiritual a que se referem.

Em resumo, é Deus quem realiza interiormente a dádiva espiritual, representada exteriormente na celebração do sacramento efetuada pelo oficiante.

Por conseguinte, a eficácia dos sacramentos não depende da piedade nem da intenção de quem os administra, mas sim da obra do Espírito Santo e da palavra de instituição, que contém uma promessa de Deus para os que o recebem dignamente.

Os sacramentos são, portanto, sinais e selos do pacto, ou aliança definidora da graça de Deus por ele mesmo instituídos para representar Cristo e seus benefícios.

Desta forma, os sacramentos confirmam e anunciam o nosso interesse e a nossa fé em Cristo Jesus, fazendo uma pública distinção entre aqueles que integram a Igreja e os que permanecem no mundo, afastados de Cristo e dos sacramentos.

Por esta mesma razão, os sacramentos também, e solenemente, proclamam a responsabilidade dos membros da Igreja, na qualidade de participantes do Corpo de Cristo, em relação aos deveres que o próprio Senhor Jesus confia aos seus seguidores, como se lê em Lucas 9.23-27 e Mateus 28.19-20.

12.4 Considerações sobre os Sacramentos

A conceituação fundamental que a Igreja tem de sacramento, conforme exposto no capítulo anterior torna-nos claro que só é sacramento aquele sinal instituído pelo próprio Deus.

Encontramos no Novo Testamento dois sacramentos (ou ritos) instituídos pelo Senhor Jesus Cristo, e somente dois:

◆ O BATISMO

◆ A CEIA DO SENHOR

Sem dúvida estes dois sacramentos correspondem, respectivamente, a dois rituais vigentes no pacto estabelecido por Deus com Abraão e seus descendentes, a saber:

◆ A CIRCUNCISÃO

◆ A PÁSCOA

Seguem algumas informações sobre os dois Sacramentos:

O BATISMO

- 1) A circuncisão tornava notória a Aliança com Deus: Gn 17. 7, 9-11.
- 2) Admissão solene na Igreja visível: At. 2.38-41.
- 3) Quanto à sua forma: Aspersão ou Imersão. A água como símbolo de purificação: Tt 3.4-5.
- 4) O batismo de crianças:
 - a) A circuncisão era realizada no oitavo dia: Gn 17. 7, 9-11.
 - b) Jesus e as crianças: Mc 10.13-16.
 - c) Resulta da Aliança entre Deus e os seus pais: Gn 17.7, 9-11.
 - d) Evidências Escriturísticas:
 - A conversão de Lídia: At 16.11-15.
 - A conversão do carcereiro em Filipos: At 16.25-34.

A CEIA DO SENHOR

- 1) A instituição da Páscoa e da Festa dos Pães Asmos: Êx 12.1-14, 15-20 e 21-28.

2) A Lei mandava repetir o rito anualmente: Dt 16.1-8.

3) Jesus instituiu a Santa Ceia: Lc 22.14-20.

4) Páscoa – Libertação do Egito

Santa Ceia – Libertação da escravidão do pecado

5) Pão e vinho – base para o sustento corporal

Corpo e sangue – base para o sustento espiritual

Aspectos da Santa Ceia:

⇒ Memorial: lembra o sacrifício de Cristo: 1Co 11.25.

⇒ Proclamação: anuncia a sua volta: 1Co 11.26.

⇒ Comemoração: Cristo pagou pela nossa culpa: Lc 22.19-20.

6) Limitações quanto a participação na Santa Ceia: 1Co 11.20-29.

a) Deve ser administrada somente aos discípulos.

b) Não deve ser administrada as crianças.

c) Os riscos da participação indigna.

12.5 Argumentos e Comparações

A seguir será tratado, separadamente, cada um dos dois sacramentos estabelecidos no Novo Testamento.

A) O BATISMO

Partiremos das características essenciais da Circuncisão.

Foi estabelecida pelo Altíssimo Criador com Abraão, em Gênesis 17.9-14, para tornar notória a sua aliança com este seu servo, bem como os seus descendentes.

Era praticada nos meninos com oito dias de nascido; portanto, sem consciência do ato praticado.

Esta cerimônia era um selo anunciando a herança do pacto de Deus com Abraão. Incluía, não só os seus descendentes, mas todos os demais meninos e homens integrados à casa de Abraão, mesmo não sendo seus descendentes (Gênesis 17.9-13).

Esta marca anuncia o pacto pelo qual foi escolhida a pessoa de Abraão como aquele por intermédio de quem a benção de Deus alcança todas as famílias da Terra (Gênesis 12.1-3). Aponta para a eleição dos escolhidos por Deus desde a eternidade.

Analogamente à Circuncisão, foi instituído o Batismo. Em Mateus 28.18-20 encontra-se a determinação aos apóstolos para ministrarem o Batismo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, como marca da admissão das pessoas à Igreja.

O fundamento essencial deste sacramento é a determinação específica do próprio Senhor Jesus.

No que tange ao batismo de crianças, importa apreciar que, em duas passagens do Evangelho, o Senhor Jesus mostrou com clareza a sua disposição para com os pequeninos, tomando-os nos braços, impondo-lhe as mãos e abençoando-os. De especial relevância é a sua afirmação: “Deixai vir a mim os pequeninos, não os embarceis, porque dos tais é o Reino de Deus”.

Do outro lado, é também de grande realce o ensino do apóstolo Paulo em Colossenses 2.11-15. Ali se lê que, em Cristo, somos circuncidados não por meio de cirurgia: “não por intermédio de mãos, mas no despojamento do corpo da carne, que é a Circuncisão com ele no Batismo, no qual igualmente fostes ressuscitados mediante a fé...”.

Estas palavras do Apóstolo Paulo nos ensinam que o Batismo é o cumprimento da circuncisão conforme estabelecido pelo Senhor Jesus, ou seja, que na Nova Aliança, em Cristo, este sacramento do Batismo substitui a Circuncisão que foi estabelecida no pacto feito com Abraão, pois conserva-lhe o significado, sob uma nova forma.

Por tudo isto, a Igreja, desde os seus primeiros anos de existência, tem ministrado o Batismo aos pequeninos filhos dos crentes, tal como a Circuncisão foi determinada para os recém-nascidos, com oito dias. De relevante significado, como apoio decisivo desta prática é o fato descrito em Atos 16.26-34, aqui, não pode haver dúvida quanto à inclusão de crianças no sacramento do Batismo face a frase do versículo 33. Se o ensino bíblico excluísse as crianças, forçosamente haveria de salientá-lo.

É importante ressaltar que, consciente da bondade do nosso Pai do Céu que faz misericórdia até mil gerações daqueles que o amam (Gênesis 20.6), o cristão tem todo empenho em apresentar os seus filhos para receberem o batismo, que é o símbolo desta misericórdia de Deus. Qualquer negligência nesta matéria, revelando indiferença em relação à dádiva misericordiosa de Deus para com a descendência dos cristãos, é grave ofensa ao nosso Pai do Céu, e mau testemunho que enfraquece a Igreja!

Igualmente ao que foi estabelecido em relação a Circuncisão, também o Batismo é ministrado aos adultos quando professam a sua fé, na hipótese de não terem sido batizados na infância. Igualmente são batizadas as crianças que, mesmo não sendo filhas de pais crentes, vivam, entretanto, sob a guarda de maiores que sejam membros da Igreja.

Cabe ressaltar que na comparação entre o Batismo e a Circuncisão, sobressai o aspecto próprio da diferença entre o ritual judaico e o ritual cristão. De conformidade com o ensino do Senhor Jesus, bem salientado em Gálatas 4.23-29, com realce no versículo 28, vê-se com toda a clareza que perante Cristo não há distinção nem de classes sociais, nem sequer de sexo.

Por isso, enquanto a Circuncisão, inevitavelmente excluía as mulheres do privilégio sacramental, diferenciação compatível com as práticas adotadas no Antigo Testamento, tal característica não poderia ser conservada no ritual cristão.

Efetivamente, sendo adotado o sacramento do Batismo, nele são também incluídas as mulheres. Não conhecemos a mínima notícia da ocorrência de qualquer discriminação neste assunto.

A água é usada no Batismo como símbolo da purificação efetuada pela fé na obra do sangue de Cristo (Hebreus 9.14). Este ritual foi praticado pela Igreja primitiva (Atos 9.34-38; 10.44-48), não havendo, contudo, nos textos bíblicos, qualquer determinação específica definindo se a água deve ser usada em imersão, ou em aspersão. Por este motivo a Igreja Presbiteriana reconhece a validade de ambas as formas, preferindo a aspersão por entender que é mais simples, sem apresentar qualquer demérito.

B) A CEIA DO SENHOR

A PÁSCOA

1. Deveria ser observada anualmente como um memorial pela libertação do Egito (Dt 16.1-8).
2. O cordeiro pascal tipificava Cristo, nossa Páscoa (1Co 5.7).
3. No livro do Apocalipse Cristo é referido como o Cordeiro.
4. O cordeiro deveria ser sem defeitos; Cristo não tinha qualquer culpa (Is 53). Pilatos mesmo reconheceu que naquele homem não residia culpa.
5. Assim como o cordeiro pascal deveria ser guardado por 4 dias, também Cristo aguardou entre nós o momento de seu sacrifício.
6. O cordeiro deveria ser assado no fogo, para tipificar os sofrimentos dolorosos de Cristo.

7. O sangue, ao ser aspergido sobre as ombreiras e os batentes das portas, mostrava que o sangue de Cristo deve ser aplicado, ou seja, devemos nos apropriar dos merecimentos do sangue de Cristo derramado não Calvário.

8. O sangue deveria ser aspergido nos batentes e na verga da porta e não na soleira, para não ser pisado. Devemos prezar o que é santo (Hb 10.29).

9. Da mesma forma como o sangue do cordeiro pascal livrou o povo de Deus do anjo da morte, o sangue de Cristo nos livra hoje da ira divina e da condenação (Rm 8.1).

10. A refeição pascal nos aponta para a nossa necessidade de sustento espiritual através do sangue e do corpo de Cristo (Jo 6.53).

11. O cordeiro pascal deveria ser comido de uma só vez, não poderia ser deixado parte para a manhã seguinte. Devemos também receber Cristo por inteiro, não só sua coroa de glória como também sua cruz de sofrimentos.

12. A festa dos pães asmos tipificava a vida Cristã, onde todo o fermento da maldade, da hipocrisia devem ser retirados de nossa vida (1Co 5.7-8).

13. Na Páscoa comemorava-se a libertação do Egito. Na Santa Ceia comemoramos a libertação não só do pecado como também do jugo da Lei.

14. A participação na festa era um privilégio daqueles que foram salvos e não uma condição para ser salvo.

15. Nenhum dos ossos de Jesus foi quebrado quando da crucifixão (Jo 19.33, 36; Êx 12.46)

A CEIA DO SENHOR

Lucas 22

1. Nos versículos 1 e 7 veja em que contexto transcorreram os fatos adiante mencionados.

2. No versículo 16 não existe mais motivo de cumprirmos das leis cerimoniais, as quais prefiguravam a dispensação do Evangelho.

3. Quanto ao versículo 18 compare com Marcos 14.25, onde Jesus diz que voltará a tomar do vinho quando de sua volta, significando o regozijo da reunião com seus discípulos na Jerusalém Celestial.

4. No versículo 19 vemos o ato voluntário de Cristo em dar o seu próprio corpo em favor de seus discípulos.

1Coríntios 11

1. Nos versículos 17 a 22 o apóstolo Paulo condena os coríntios que, por ocasião da chamada “refeição do amor”, usavam de grande carnalidade e falta de amor.

2. No versículo 20 o Apóstolo Paulo diz que a refeição que os coríntios comiam não era a Ceia do Senhor, devido à falta de fraternidade, heresias e muitos fatos que iam contra os princípios cristãos.

3. No versículo 24 o pão é partido como um memorial do corpo de Cristo que foi partido para a nossa salvação.

4. No versículo 25 é referida a Nova Aliança no meu sangue. Nova Aliança em “substituição” a Antiga Aliança que era ratificada no sangue de animais – ver Êxodo 24.8 (Êx.24:8 *“Então, tomou Moisés aquele sangue, e o aspergiu sobre o povo, e disse: Eis aqui o sangue da aliança que o SENHOR fez convosco a respeito de todas estas palavras.”* Ver também: 2Co 3.6; Hb 8.8; 9.15; 12.24 e 13.20).

5. Versículos 26 a 34 – falam da disciplina do Senhor, pedem que examinemos a nós mesmos, pois quem julga a si próprio não será disciplinado, e mesmo assim quando reprovados por Deus somos disciplinados para que não sejamos condenados com o restante do mundo. (Ver também Hb 12.5-11 e Pv 3.11)

BIBLIOGRAFIA

- Verdades que Transformam – D. James Kennedy
- Manejando Bem a Palavra da Verdade – C. I. Scofield (IBR)
- Sê Cristão Hoje – J. Dias Araújo – Missão Presbiteriana do Brasil
- Libertos para Viver – Mal Lindsey – Mundo Cristão
- Fundamentos da Doutrina Cristã – Albertus Pieters
- Segue-me – Ralph W. Neighbour Jr. – JUERP
- Em que creem os cristãos – Harold M. Frelich – Betânia



 **ESCOLA** 
BÍBLICA DOMINICAL

Catedral Presbiteriana do Rio de Janeiro

**Edição Revisada
JUL/2022**